

Mensagem da Embaixada do Japão em Portugal sobre as relações Japão-China face à situação das Ilhas Senkaku

O Japão confere grande importância à sua relação com o país vizinho, a China, considerando este país como um dos mais importantes no âmbito das relações bilaterais. Recentemente a China foi tomada por uma nova liderança. O Governo do Japão espera reforçar as suas relações com a nova liderança da China.

Por outro lado, é lamentável que, atualmente, o relacionamento Japão-China esteja a enfrentar uma tensão sobre uma parte inerente do território japonês, as Ilhas Senkaku. Tal como tem vindo a ser noticiado nos média portuguesas, têm decorrido, na China, demonstrações anti-Japão de larga escala e as empresas japonesas que foram atacadas tiveram elevados prejuízos e perdas, na casa dos 100 milhões de dólares. Nos últimos anos, especialmente desde 2008, a China tem intensificado as suas atividades nas proximidades daquelas ilhas. Recentemente, a China tem destacado embarcações governamentais para as águas circunvizinhas às ilhas, repetindo incursões nas águas territoriais japonesas. Além disso, o governo chinês está a apresentar, agora, um argumento incorreto e completamente irrelevante sobre as Ilhas Senkaku: o Japão estaria a tentar subverter a ordem internacional do pós-guerra. O Tratado de Paz de São Francisco constitui um importante elemento na ordem internacional do pós-guerra, mas o governo Chinês considera este tratado como 'ilegal e inválido'. Para além disso, a China está a tentar mudar, unilateralmente, o estatuto das ilhas que foi definido pelo Tratado de Paz de São Francisco. Qual dos países, o Japão ou a China, nega a ordem internacional do pós-guerra?

As Ilhas Senkaku são parte inerente do território do Japão, à luz dos factos históricos e com base no direito internacional. O Japão exerce o controlo válido sobre aquelas ilhas. Os Estados Unidos, país aliado do Japão, estão absolutamente comprometidos na defesa daquelas ilhas sob a administração do governo japonês, em conformidade com o Artigo 5º do Tratado de Segurança entre o Japão e os EUA. Para além dos pontos acima mencionados, informações mais completas estão disponíveis no site do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão, bastando clicar no URL no final deste artigo. Aqui, gostaríamos de indicar os erros dos argumentos contrários aos factos, que têm sido feitos em relação às Ilhas Senkaku.

Em primeiro lugar, o argumento que relaciona a soberania japonesa face às Ilhas Senkaku com a Segunda Guerra Mundial ou outras guerras anteriores, é contrário à verdade.

Durante um determinado período no passado, através do seu poder colonial e agressão, o Japão causou danos tremendos e um enorme sofrimento a pessoas de muitos países, sobretudo nas nações asiáticas. O Japão tem expresso o seu profundo remorso e sinceras desculpas perante estes factos históricos, desde a Declaração do ex-Primeiro-ministro Tomiichi Murayama, em 1995. Isto tem sido oficialmente expresso pelos últimos Primeiros-ministros do Japão.

Todavia, a aquisição de soberania do Japão perante as Ilhas Senkaku não tem nada a ver com a história da governação colonial, do período de agressão, nem com a Segunda Guerra Mundial. Desde 1885, foram realizadas repetidas pesquisas nas Ilhas Senkaku pelo Governo do Japão por meio das autoridades da Província de Okinawa e por diversos outros meios. Através dessas pesquisas, foi confirmado que as Ilhas Senkaku não só estavam desabitadas, como também não mostravam qualquer vestígio de terem estado sob o controlo da China. Com base nesta confirmação, o Governo do Japão decidiu, em 14 de janeiro de 1895, erigir um marco nas Ilhas para incorporá-las formalmente ao território japonês. Essas medidas foram levadas a cabo em consonância com os meios internacionalmente aceites de devida aquisição de soberania territorial sob o direito internacional (ocupação de *terra nullius*). Essas ilhas não eram parte de Taiwan ou das Ilhas dos Pescadores, que foram cedidas ao Japão pela Dinastia Qing da China, de acordo com o Artigo II do Tratado de Shimonoseki, que foi assinado em abril de 1895.

A carta de Inoue Kaoru, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros de 1885 constitui, efectivamente, um documento no processo de incorporação das ilhas e é verdade que este fez referência à atitude da Dinastia Qing. Contudo, não faz qualquer alusão ao reconhecimento do Governo do Japão que a Dinastia Qing tinha as Ilhas Senkaku como seu território. Antes, o documento mostra que o Japão continuava com o processo de incorporação, de forma cuidada e cautelosa, tomando como pressuposto que as Senkaku não pertenciam à Dinastia Qing.

Em segundo lugar, não é verdade que os líderes dos dois países alcançaram um entendimento importante e um mútuo reconhecimento em "protelar" ou "manter o *status quo*", no que diz respeito às Ilhas Senkaku, no processo de negociações que conduziu à normalização das relações Japão-China

em 1972 e na conclusão do Tratado Bilateral de Paz e de Amizade em 1978. Isto é claramente indicado no relatório publicado no âmbito da Cimeira Japão-China, que decorreu por ocasião da normalização das relações diplomáticas bilaterais. O Japão tem ressaltando a sua posição ao lado Chinês de forma clara, repetidas vezes.

Em terceiro lugar, o governo Chinês afirma que as Ilhas Senkaku têm sido uma parte inerente do território da China desde tempos remotos. No entanto, nenhum dos pontos indicados pelas autoridades do Governo da China, como evidência histórica, geográfica ou geológica, baseia-se em factos válidos, à luz da lei internacional, de forma a validar a sua soberania sobre as ilhas. Apenas na década de 1970, depois da Comissão Económica da ONU para a Ásia e o Extremo Oriente (ECAFE) ter realizado uma pesquisa académica que indicava a possibilidade de existência de recursos petrolíferos no Mar da China Oriental, no outono de 1968, é que as Ilhas Senkaku começaram a chamar a atenção e o Governo da China começou a fazer as suas próprias reclamações de soberania territorial sobre as Ilhas Senkaku. Antes desta altura, absolutamente nenhuma objeção havia sido expressa por qualquer país acerca da soberania japonesa sobre as Ilhas Senkaku, incluindo a China. Além disso, as Ilhas Senkaku estavam incluídas na região de Okinawa, área que se encontrava sob o controlo administrativo dos EUA, sob o Artigo 3º do Tratado de Paz de São Francisco. A China nunca explicou a razão pela qual nunca expressou as suas objeções.

O Japão, como uma nação defensora da paz, de forma consistente, tem realizado grandes contribuições em prol da paz e da prosperidade da Ásia, após a Segunda Guerra Mundial. Numa declaração conjunta da China e do Japão, emitida quando o Presidente Hu visitou o Japão em 2008, a própria China declarou que “o lado Chinês expressou a sua avaliação positiva sobre a procura consistente do Japão pelo caminho de um país pacífico e o contributo do Japão para a paz e a estabilidade mundiais, por meios pacíficos, durante mais de 60 anos desde a Segunda Guerra Mundial”. Esta política é um “princípio básico da nação” apoiado pelo povo japonês, e jamais mudará.

Gostaríamos de reiterar que o Japão, sendo um país responsável e democrático na região Ásia-Pacífico, confere grande importância à sua relação com a China, de forma a caminhar para uma política que contribua para a paz e

prosperidade da região. A razão pela qual o Governo Japonês adquiriu a propriedade das três Ilhas Senkaku, em Setembro de 2012, foi minimizar qualquer impacto negativo nas relações bilaterais. O então governador de Tóquio, Shintaro Ishihara, anunciou, em abril passado, o seu plano de aquisição das Ilhas Senkaku e construção de diversas instalações nas Ilhas. Não obstante, de uma perspectiva mais ampla, no esforço de minimizar qualquer impacto negativo nas relações bilaterais, o Governo do Japão decidiu adquirir as ilhas e transferir o direito de propriedade das ilhas, ao abrigo do código civil japonês, de um cidadão privado para o governo.

A posição básica do Japão, de que as Ilhas Senkaku pertencem ao Japão, é inabalável. Ao mesmo tempo, o Japão e a China partilham interesses estratégicos, não só no que diz respeito às relações bilaterais, mas também noutras áreas diversas. O Japão continuará a promover uma "relação mútua benéfica, com base nos interesses estratégicos comuns" entre o Japão e a China, de uma perspectiva mais ampla. No passado dia 20 de novembro, decorreu a Reunião de Ministros da Economia e do Comércio Japão-China-Coreia, em Phnom Penh, Camboja. Na reunião, foi anunciado o lançamento das negociações da FTA entre os três países. Consideramos que isto irá contribuir para a construção de ligações mutuamente vantajosas (relação win-win) entre o Japão e a China. Não podemos fazer qualquer concessão no que diz respeito à soberania. Ao mesmo tempo, o Japão, como membro responsável na comunidade internacional, encontra-se preparado para estabilizar as relações com a China. Continuamos a esperar que a nova liderança da China tome, igualmente, uma abordagem positiva.

Informações mais completas

Em Japonês : <http://www.mofa.go.jp/mofaj/area/senkaku/index.html>

Em Inglês : <http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/senkaku/senkaku.html>